

Santos marginalizados: (re) significações sobre a redistribuição espacial dos terreiros de umbanda no processo de urbanização de Teresina (1970-2008).

Ariany Maria Farias de Souza¹

1. Problema de Pesquisa

Nossos objetos de pesquisa nos levam a entender de que forma os sujeitos se comportam frente à modernidade e como são atingidos por ela. As transformações culturais e econômicas que ocorrem ao longo dos anos dentro da sociedade moderna fazem parte do devir histórico e são responsáveis por orientar a ação de indivíduos e grupos sociais em diferentes contextos.

Nas três últimas décadas do século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização associado à euforia nacional – desenvolvimentista iniciada com o regime militar, que refletiu a possibilidade de um processo de industrialização, desenvolvimento econômico e modernização da malha urbana das principais capitais do país. No governo de Médici (1969 -1974), foram realizados altos investimentos em infraestrutura que tinham como objetivo integrar as regiões Norte e Nordeste ao restante do país. No Piauí, a onda da modernização teve como símbolo o governo de Alberto Silva (1971 – 1975) e em Teresina do prefeito Joel Ribeiro (1971 -1975).

Ao passo que aumentava o número de pessoas nos grandes centros urbanos, as precárias condições de vida e a proliferação de favelas foram foco de políticas ordenadoras e segregacionistas, implementadas pelo poder público, para afastar e disciplinar as práticas das camadas empobrecidas e de grupos sem prestígio social ou poder político. Essas são marcas da intervenção do Estado nas vidas dessas pessoas, as quais como vemos elaboram múltiplas representações sobre a sua própria trajetória de vida nessas circunstâncias.

A imagem da cidade oriunda dos periódicos² daquele momento era de um aspecto pouco convidativo a visitantes. A presença dos pobres, muitas vezes

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em História – UFRGS.

² Os periódicos a que se refere são aqueles que já foram catalogados até aqui e que serão utilizados durante a pesquisa sendo eles: O Estado e O Dia dos anos de 1972 à 1977.

associada à de mendigos³, enfeava a cidade. Segundo a imprensa desse período, essas pessoas deveriam ser retiradas do convívio social e a saída encontrada pelo poder público foi deslocá-los para conjuntos habitacionais criados na periferia da cidade ou ainda fornecer terrenos e materiais para as casas a serem construídas. As intervenções realizadas pelos dirigentes locais tinham um caráter disciplinador quanto à questão da utilização dos espaços da cidade, especialmente, aqueles destinados à construção de moradias.⁴ Assim, ao poder público cabia definir quem deveria ocupar os espaços da cidade e como.

Desse modo, esta pesquisa se propõe a historicizar sobre as formas como o processo de urbanização e a lógica da modernidade exerceu influência sobre os terreiros de Teresina, a partir da década de 1970 e como esses espaços religiosos passaram por uma consequente ressignificação de suas práticas e representações.

Baseado nesse contexto, as questões de pesquisa formuladas são as seguintes: Em que medida o processo de urbanização de Teresina afetou os terreiros de Umbanda entre os anos de 1970 e 2008? Como esses sujeitos significavam os espaços na cidade por eles ocupados? Como ocorreram as práticas de apropriação dos espaços urbanos pelos fiéis de terreiros em Teresina? Quais os rearranjos e as ressignificações feitas por esses sujeitos partindo das imposições ordenadoras do poder público? Quais as estratégias usadas pelo povo de terreiro para resistir ao processo disciplinarização do espaço público?

As formas de habitar e conviver que os grupos imprimem nas cidades estão sempre de acordo com os seus interesses, logo, o urbano é tido como matéria manipulável e a construção desses espaços é orientada pelos seus

³ MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970*. Teresina, PI: IFPI, 2017.

⁴ Na lei 1.263 de 27 de Janeiro de 1970 é instituído o Plano de Desenvolvimento Local Integrado que fala sobre o zoneamento da cidade. O cap. VII que versa sobre a Zona Residencial fala que só serão permitidas as construções e instalações que não atentem ao caráter da mesma, tais como: habitações, casas de hospedagem, templos, ambulatórios, consultórios, clínicas médicas e odontológicas e instituições culturais.

habitantes. Dessa forma, a construção e reconstrução das vivências está sempre permeada por alguns conflitos e disputas⁵ entre esses mesmos grupos.

Os discursos concorrentes existentes no espaço da cidade a revelam muito mais complexa do que a definição de urbano pode abarcar, sendo permeada por memórias e formas de habitar variadas. Tendo em vista esse contexto, sempre foi de interesse do poder público, de uma forma geral, tomar medidas que visassem à ordenação do espaço de modo a imprimir uma determinada hegemonia aos traços da cidade.

A sociedade capitalista propõe o que chamamos de desencantamento do mundo (WEBER, 2000. p.42) que, em sentido amplo, designa as formas modernas de vida que são desprovidas do fundamento religioso e metafísico, a partir daí então substitui-se os aspectos ditos culturais pela lógica das ações programadas e do cálculo que são mascaradas por propostas que afirmam defender os interesses da coletividade. No entanto, o que se tem é a preocupação em homogeneizar e tornar apresentáveis os espaços, abolindo as práticas culturais que se sobressaem ao que se considera aceitável pelo elites governantes.

As transformações impostas aos espaços físicos das cidades brasileiras são oriundas, ainda, de políticas disciplinadoras do espaço público, onde as disputas entre as religiões serviram de pano de fundo para que possamos entender a relação hierárquica que permeou a história destas religiões, e que essa questão possui relação direta na configuração espacial e como esses espaços religiosos organizam as suas práticas no meio urbano. A forma como ocorre a ocupação do território e a manifestações de suas práticas pelos grupos religiosos se dá de acordo com a aceitação social que as suas práticas têm frente à sociedade, e através de uma negociação entre as diferentes religiões.

É preciso lembrar ainda que o campo religioso no Brasil é formado por uma diversidade de manifestações religiosas que são expressas de várias

⁵ As memórias em disputa se apresentam a partir da concorrência entre as memórias subterrâneas (excluídos, marginalizados e minoria), que ganham ressalva com a história oral opondo-se à memória oficial. POLLAK, Michael. Memória e Esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

formas. Os elementos articulados por estas religiosidades podem ser entendidos como fazendo parte da cultura indígena, católica, protestante, judaica, kardecista, novaerista e afro-brasileira⁶.

O Piauí possui, notadamente, uma tradição em ser considerado o Estado mais católico do Brasil. No censo de 2000, aparecia com uma porcentagem de 91,4% de católicos (IBGE Religião, 2000)⁷; porém, o Censo de 2010 registra um decréscimo neste número, que passou a cerca de 85,08%, o que mesmo assim não retira este posto do estado. Nesta mesma pesquisa, registrou-se, em nosso estado, que cerca de 0,49% das pessoas declaram-se umbandistas (IBGE Religião, 2010).⁸ Dessa forma, em um estado majoritariamente católico, como evidenciam os dados acima, aponta-se para a possibilidade de entender como os fiéis umbandista de terreiro exerciam e vivenciavam suas práticas no espaço público.

Contudo, o estudo da religiosidade não pode se dar de forma solta, mas sim relacionado e situado de acordo com os outros fatores que o norteiam e o orientam; portanto, se faz importante estudar a relação do viver, habitar e praticar dos fiéis umbandistas nos terreiros de Teresina em sua relação com as mudanças ordenadoras e disciplinadoras implementadas pelo poder público na cidade ao longo dos anos.

As questões levantadas possuem relevância à medida que surgem com a análise da experiência dos fiéis dos terreiros localizados em Teresina, que a partir de suas práticas e representações são responsáveis por atribuir significados aos espaços que habitam. Além disso, no diálogo com seu espaço social, esses fiéis vão atuando na construção de sentidos que preveem a fuga da ordenação do espaço imposto pelo poder oficial. Acrescenta-se a esse fato,

⁶ PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião. In: **Revista USP**, São Paulo, n.46, pp.52-65, jun-ago, 2000.

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2000**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23/12/2018.

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28/06/2014.

o incomodo causado por esses terreiros, devido à intensa influência exercida na sociedade teresinense pelas práticas religiosas católicas⁹.

Desse modo, essa pesquisa se propõe a analisar as formas impostas pelo poder público para ordenar e disciplinar os espaços públicos e como os fiéis de terreiros de Teresina a partir de suas práticas se apropriam desses espaços. Este estudo possibilitará ao leitor pensar nos mecanismos de criação e recriação que as pessoas vão elaborando e reelaborando em seus cotidianos em que as estruturas urbanas oficiais perdem o controle hegemônico, e as pessoas criam estratégias de continuidade de suas práticas culturais, condenadas pelas estruturas vigentes, ressignificando a partir de suas apropriações os espaços na geografia da cidade.

As pesquisas realizadas até então sobre o processo de urbanização da cidade de Teresina nesse período dão conta de sujeitos como os: migrantes¹⁰, cronistas e intelectuais¹¹, figuras públicas e suas ações¹², havendo ainda uma lacuna a ser investigada e discutida que é referente as formas de ocupação dos espaços e estratégias usadas pelos fiéis de terreiros para burlar a lógica modernizante imposta pelo poder público. É possível destacar que a produção acadêmica sobre as religiões de matrizes africanas, e, em particular, a Umbanda no Piauí ainda é muito tímida, havendo no programa de Pós-Graduação em História do Brasil poucos trabalhos¹³. No programa de Pós-Graduação em

⁹ Em 1964, foi fundada a primeira federação de umbanda do Piauí a FEUEPI (Federação Espírita Umbandista do Piauí) a fim de representar os umbandistas sendo papel dessa instituição também reprimir os terreiros “ilegais” não registrados. LIMA, Sabrina Verônica G. **As faces da Umbanda no Piauí: Política, Festa e Criminalidade (1960 – 1978)**. Dissertação (História do Brasil). UFPI. 2017.

¹⁰MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI. 2010.

¹¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e e1970. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan-jun, 2007.

¹² FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. – Recife: O autor, 2009. 374p.

¹³ BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. **Obrigação de Dona Constância: a constituição da umbanda em Codó no Estado do Maranhão**. 2012. 191f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI. Teresina. 2012.

LIMA, Sabrina Verônica G. **As faces da Umbanda no Piauí: Política, Festa e Criminalidade (1960 – 1978)**. Dissertação (História do Brasil). UFPI. 2017.

Antropologia da UFPI foram publicadas algumas pesquisas¹⁴ que, no entanto, tratam em sua maioria de estudos de caso sobre determinados terreiros ou práticas realizadas por estes.

A investigação que propomos nesse trabalho se dá como possibilidade levando em consideração a virada de paradigma¹⁵ ocorrida na História a partir dos anos 1980 que apresenta uma renovação e passa a se preocupar com as representações e o simbólico, como orientações conceituais e epistemológicas, tendo, como alvo principal de seus estudos, grupos sociais esquecidos até então. Carlo Ginzburg, aponta a importância de pensar questões periféricas como objetos centrais de investigação, como a vida cotidiana, e que devem ser pensados a partir da busca dos significados de todas as dimensões da experiência humana.¹⁶

Portanto, as diversas esferas da vida humana estão contempladas nos estudos sobre religiosidade, visto que, se preocupam com traços coletivos e que podem ser expressos a partir de suas práticas, e isso faz da religião como afirma Durkheim¹⁷ algo que não diz respeito, necessariamente e exclusivamente, aos deuses e ao sobrenatural, mas à sociedade. O vivenciar e o fazer religioso, entendidos dessa forma, permeiam os cenários urbanos, tecendo sua presença física e institucional a partir da formação de espaços religiosos.

Dessa forma, nesse trabalho volta-se o olhar para um grupo social (fiéis umbandistas de terreiros) em sua relação com a cidade que é pensada e projetada pelo poder público para esconder e silenciar aqueles que não se

¹⁴ FILHO, Adilson Matos C. **Não fez a obrigação pede Agô e vá embora** - o (des) cumprimento de obrigações e o encaminhamento do transe de possessão no Terreiro São Benedito e Vovó Quitéria em Parnaíba-PI. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – UFPI. Teresina. 2011.

RIBEIRO, Maria do Amparo Lopes. **“OH QUE CAMINHO TÃO LONGE, QUASE QUE EU NÃO VINHA!”: análise do trinômio doença-religiosidade-saúde na Umbanda de Teresina-PI, no trabalho de cura com Caboclos.** 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPI. Teresina. 2014.

SOUZA, Ariany Maria F. **Ente práticas e rituais: uma experiência do “dar-receber-retribuir” na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, Teresina-PI.** Dissertação. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2015.

¹⁵ BURKE, Peter. **A escola dos Annales- 1929-1989.** São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** In: **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁷ DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

enquadrassem nos padrões aceitáveis da elite que majoritariamente pertencia a religião católica¹⁸. Dessa forma, pretende-se entender como esses sujeitos ocuparam e significaram esses espaços no intento de garantir a sua prática religiosa.

A sociedade capitalista avança contra determinadas práticas culturais populares, muitas vezes tratadas como crime. Ao reduzir a ação orientada por valores culturais se força uma passagem do tradicional ao moderno abrindo-se mão dessas características tradicionais ao se enquadrar em uma nova lógica burocrática e da impessoalidade (WEBER, 2004, p. 61).

No âmbito das práticas culturais existe uma forte resistência a alguns aspectos da modernidade. Nos interessa demonstrar os aspectos destrutivos da modernidade, ao analisar os modos de persistência da identidade e das práticas dos fiéis do terreiro a partir do processo de modernização de Teresina (PI), portanto tomaremos distância do discurso que ressalta o impacto positivo e inovador da modernidade na sociedade.

Ao propor o estudo da religiosidade umbandista em Teresina, é preciso recordar que existem elementos que perpassam esse objeto onde os discursos produzidos estão inscritos em um corpo social¹⁹ que visa localizar e estabelecer sua relação com o espaço público da cidade e as disputas em torno de seu espaço.

(...) o espaço físico são elementos constitutivos da via dos moradores da cidade. Verifica-se a relação dos habitantes com as configurações físicas e imaginárias e reflete-se sobre como constroem ocupam, usam e disputam lugares, dando sentido a eles projetando sonhos, vivendo carências no alinhavar de uma trama de costumes, tradições, crenças, hábitos, códigos, normas, políticas, condições do lugar, rotinas e memórias inscritas no traçado, na paisagem da cidade e no imaginário dos moradores.²⁰

¹⁸ O poder exercido pela Igreja Católica no que diz respeito a ditar modelos e referências para a formulação de direitos, além do enquadramento das práticas populares como religiosas. MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”. *Revista Etnográfica*, vol. 13, n. 1: 7-16. 2009.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

²⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e e1970. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan-jun, 2007.

Nessa perspectiva, a cidade é entendida como um produto social, cultural além de material que pode, aos poucos, ser construída e reconstruída a partir da ação humana e de acordo com as condições sociais e históricas. Assim, como afirma Henri Lefebvre²¹, prevalece a lógica da apropriação dos espaços pelos grupos de forma a transformá-los para satisfazer suas necessidades e possibilidades.

O projeto nacionalista e desenvolvimentista que teve início com o regime militar no Brasil teve impacto sob Teresina a partir da década de 1970, com as ações adotadas pelos gestores públicos que se preocupavam em imprimir ares de modernidade à capital a partir de um remodelamento arquitetônico e urbanístico. Muitos periódicos que circulavam nesse momento caracterizavam a cidade como uma imagem de vergonha para os teresinenses a nível nacional por seu aspecto rural, cercado por casebres, onde a maioria dos habitantes que ocupavam esses espaços não eram desejados.²²

As intervenções violentas das autoridades no espaço urbano, sob todas as justificativas possíveis, são eventos bastante comuns no cenário brasileiro e que vem acontecendo há bastante tempo. A perspectiva surgida no início do século XX, segundo Sidney Chalhoub²³, de que as cidades deveriam ser administradas sob a tutela de uma “gestão científica” sempre escolheu cuidadosamente os seus beneficiários.

Os conflitos que surgem no Brasil a partir das transformações sociais serão impostos pela elite intelectual e política, por meio de seus representantes, e terá como base saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas, que responsabilizam os grupos minoritários pelas mazelas dos grandes centros urbanos, acusando-os de agirem de forma incivilizada²⁴. Tem início assim uma

²¹ LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

²² MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI. 2010.

²³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

²⁴ SEVCENKO, Nicolau. Introdução – o Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v.3. História da Vida Privada no Brasil. 1998. p. 07-48.

franca repressão aos costumes populares e outras designações religiosas não identificadas com o catolicismo, mais explicitamente observável através da perseguição e proibição dos ritos associados à influência dos africanos, que significavam para as autoridades uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade pública²⁵.

O foco daqueles saberes está direcionado aos setores perigosos²⁶ e é nessa classificação que os terreiros se encaixam, uma vez que suas práticas cotidianas não estão de acordo com as práticas hegemônicas da burguesia católica da cidade.

O conflito, nos remete às múltiplas cidades contidas em Teresina, multiplicidade que insiste em ser reduzida ao uno no âmbito dos discursos que dizem a cidade. Neles é privilegiada a cidade projetada, desejada e desejável, expressa tanto pelos administradores quanto pelos cronistas que atuavam nos seus principais jornais.²⁷

Roger Chartier²⁸ ajuda-nos a compreender as relações tecidas entre os habitantes da cidade no âmbito das representações sociais, onde a imprensa escrita e o poder público exibem suas elaborações sobre o outro, no caso os fiéis umbandistas, ao passo que estabelecem uma relação de poder no contexto urbano. Contudo, esses mesmo fiéis umbandistas elaboram conceitos sobre a sua própria imagem enquanto habitantes e construtores da cidade. Isto possibilita reconstruir as redes de sociabilidades e negociações que foram criadas e (re) criadas em torno desses terreiros com o objetivo de garantir suas práticas religiosas.

Assim, de acordo com Certeau²⁹, devemos considerar os usos e práticas que os habitantes fazem do espaço da cidade, de forma a entender como se apropriam, ao seu modo, dos códigos e dos lugares que lhes são impostos, subvertendo as regras e compondo formas próprias de se inserir na cidade.

²⁵ SILVA, Vagner Gonçalves. **Orixás da metrópole**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

²⁶ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e e1970. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan-jun, 2007.

²⁷ Ibid, 2007.

²⁸ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Algés: DIFEL, 2002.

²⁹ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Baseado nisso, buscaremos entender como os fiéis umbandistas de terreiro da capital foram transformando os espaços físicos, ressignificando os lugares simbólicos, dentro das áreas não pensadas pelas instâncias oficiais, construindo suas próprias habitações, (re) configurando a cidade, o bairro. Este, por sua vez, enquanto espaço público, constitui-se como produto das relações sociais, do convívio de “engajamento” entre parceiros (vizinhos, comerciantes), pessoas ligadas umas às outras pela proximidade e pela relação de convivência.

Nesta perspectiva, esse estudo se aproxima das interpretações históricas com outras áreas do conhecimento, tendo um viés interdisciplinar e seguindo uma das exigências para o trabalho do historiador citadas por Chatier³⁰, que afirma que a história deve travar um diálogo com outros questionamentos – filosóficos, sociológicos, literários e que somente assim poderá inventar questões novas e forjar instrumentos de compreensão mais rigorosos.

2. Estágio atual do trabalho

O caminho percorrido até aqui nos possibilitou associar a pesquisa de fontes à leitura teórica para avançar e construir novas possibilidades de escrita que não somente aquelas que apontamos no projeto de pesquisa inicial. As fontes que examinamos para a construção desse texto foram: Os Diários Oficiais do Estado do Piauí dos anos de 1970 à 1979, onde tivemos acesso aos repasses financeiros que a Prefeitura Municipal de Teresina fez as federações de umbanda e a alguns terreiros, além de constarem atas com os registros dos terreiros que buscavam sua legalização; Os jornais O Estado e O Dia, referente aos anos de 1972 à 1977³¹, ambos de circulação diária e a partir dos quais podemos analisar as ações instituídas pelo poder público que afetaram diretamente os terreiros de Teresina; O Censo das Religiões dos anos de 1970 e 1980 a partir do qual constatamos o crescimento de respondentes pertencentes à religião espírita afro-brasileira.

³⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Algés: DIFEL, 2002.

³¹ O Jornal O Dia dos anos de 1970 e 1971 encontram-se lacrados no Arquivo Público do Piauí e não estão disponíveis para análise dos pesquisadores. O Jornal O Estado começa a circular em Teresina no ano de 1972.

A modernidade é composta por várias nuances e elementos que em sua maioria afetam diretamente a cultura, devemos então estar atentos pra quais desses elementos estão atuando em cada situação a ser analisada. Até aqui identificamos algumas estratégias, das quais iremos falar adiante, utilizadas pelo poder público para imprimir uma modernidade ordenadora que afetou diretamente os povos de terreiro de Teresina.

A umbanda em sua formação ao longo dos anos guarda relação com a racionalização presente na vida dos sujeitos urbanos e com o processo de mudança e modernização das cidades. Logo, as tradições afro-brasileiras foram abraçadas de forma seletiva pois nesse momento se buscava mostrar que a umbanda seria uma religião capaz de expressar os anseios de uma classe média que não se reconhecia mais nas práticas do espiritismo e tentou de forma seletiva incorporar alguns traços afro-brasileiros como o culto aos pretos velhos e aos caboclos considerados pertencentes as classes sociais mais baixas e discriminadas. Os elementos da caridade eram privilegiados em detrimento daqueles que remetessem a ideia de feitiçaria.

O processo de racionalização e moralização dos cultos se fez necessário como uma forma de aceitação social da umbanda, então iniciou-se o processo de seletividade dos traços que poderiam ser conservados nos cultos religiosos de umbanda. Um dos primeiros passos dados nesse sentido foi a criação das federações que surgiram no Brasil ainda na década de 1930 e possuíam o objetivo inicial de diminuir as perseguições aos terreiros e unificar as práticas de umbanda, além de normatizar, organizar e fiscalizar a religião³². As federações ofereciam assistência para o registro legal, patrocinavam cerimônias religiosas, mas também buscavam impor seus próprios padrões de práticas muitas vezes atuando na fiscalização dos terreiros. (Brown, 1985. p. 21)

Mesmo estando em vigor o Decreto Lei 1.202/39 art.º 33 que versa sobre ser vedado ao Estado e aos municípios estabelecer, subvencionar ou embargar o exercício de cultos religiosos, os terreiros eram alvos de investidas policiais

³² BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, 1985.

que alegavam a ilegalidade no funcionamento desses espaços religiosos até meados da década de 1960. Para funcionar os terreiros deveriam estar registrados junto aos órgãos de segurança pública e a partir de 1961 ter seus estatutos publicados no Diário Oficial do Estado³³. Ao longo dos anos os umbandistas foram criando estratégias de aceitação social no espaço público como a criação de federações que pudessem representar seus interesses; a organização de congressos³⁴ para discutir os rumos da religião e ainda a escrita de livros e a publicação de alguns jornais³⁵ que serviram em muitos momentos de codificadores e normatizadores de suas práticas.

Os terreiros foram alvos dos setores médios que tentavam submetê-los as suas preocupações doutrinárias e rituais e aos seus interesses eleitorais e em troca recebiam promessas de proteção e legitimidade social. (Brown, 1985. p. 25) Durante a ditadura militar os políticos aproximaram-se da umbanda trazendo à tona seus elementos nacionalistas e a elegendo como uma religião que fazia parte do folclore brasileiro, porém essa religião deveria passar por alguns crivos e ter suas práticas autorizadas para estar no espaço público.

Os umbandistas reconheciam que a presença militar na Umbanda melhoraria sua imagem em um governo de forte repressão, isso promoveu uma maior cooperação entre os umbandistas e os militares. Por outro lado aumentou a possibilidade da umbanda ser usada como instrumento de controle político. A ditadura apoiou os ganhos políticos e sociais alcançados além da institucionalização da umbanda. (Brown, 1985. p.27)

O processo de institucionalização da umbanda no Piauí tem início durante a década de 1960 quando surge a primeira federação de umbanda denominada FEUEPI – Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí³⁶, que teve como seu primeiro presidente do Antônio Manoel da Silva que permaneceu no cargo até 1969. Nesse mesmo ano há uma interrupção no

³³ LIMA, Sabrina Verônica G. **As faces da Umbanda no Piauí: Política, Festa e Criminalidade (1960 – 1978)**. Dissertação (História do Brasil). UFPI. 2017

³⁴ Em 1941 aconteceu o Primeiro Congresso Umbandista onde houve a tentativa de se codificar os rituais de umbanda e afasta-la do estigma de religião negra a aproximando do kardecismo.

³⁵ Jornal da Umbanda, lançado em 1949 pelos fundadores da primeira federação de umbanda.

³⁶ Reconhecida como de Utilidade Pública pela lei 2.957 de 25/03/1969 e constando no DOE.

mandato em curso para eleger Cândida Carneiro Soares que permanecerá no cargo até o seu falecimento em 1971. Durante o período em que Irmã Candinha, como era popularmente conhecida pelos fiéis da umbanda, esteve à frente da federação houve um trabalho de catequese e de visitas a outros terreiros no interior do estado buscando mostra quais os valores da umbanda piauiense, além de promoverem interação entre os fiéis a partir das festas. Foi criado ainda nesse período o hábito de se divulgar em jornais, rádios, as notícias relacionadas à Umbanda. Segundo Albuquerque “O umbandista não tinha mais vergonha de se apresentar como tal. A pecha de “macumbeiro” não comportava mais”.³⁷

Em 24 de abril de 1971 Salim Freire da Silva é eleito para substituir Irmã Candinha até 1972. Nesse ano, há a uma reunião extraordinária da federação onde se acerta entre os diretores e membros de terreiros presentes a reeleição de Salim ³⁸. É possível destacar ainda que no início da década de 1970 a FEUEPI passa a se chamar FEUCABEPI - Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí.³⁹

A medida que as federações foram surgindo teremos alguns terreiros filiados, sendo necessário o registros dos endereços e estatutos no Diário Oficial do Estado⁴⁰, assim esses espaços religiosos eram reconhecidos pelo governo do estado do Piauí como de Utilidade Pública⁴¹. A seletividade na perseguição policial contra os terreiros de umbanda estava condicionada então a filiação desses espaços religiosos à FEUCABEPI que era reconhecida como legal pelo poder público. Nos Diários Oficiais do Estado do Piauí⁴² que foram analisados

³⁷ ALBUQUERQUE, Dados históricos da Umbanda Piauiense. In: CARIBÉ, Antônio Julio Lopes. **Obrigações para Oxóssi: Memórias Insólitas**. Salvador-BA. Imprensa Gráfica da Bahia, 1987, p.161.

³⁸ Diário Oficial do Estado do Piauí, 04 de outubro de 1972.

³⁹ Segundo Diana Brown, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, as federações passam a mudar sua nomenclatura porque as religiões afro-brasileiras ganham um novo status no período e inicia-se um processo de aproximação e valorização dos elementos africanos do culto. BROWN, Diana. 1985, p. 28.

⁴⁰ Até aqui foram mapeados e analisados os Diários Oficiais do Estado do Piauí entre os ano de 1970 e 1979.

⁴¹ A lei 1.268 de 16/03/1970 por exemplo reconhece de utilidade pública a Tenda Espírita Seara de Umbanda Tupinambá em Teresina. E assim durante os anos da década de 1970 podemos constatar várias outras tendas de umbandas recebendo esse reconhecimento pelo poder público.

⁴² Durante a década de 1970 o número de publicações de extratos de tendas de umbanda localizadas em Teresina no DOE foram: 1970, 16 publicações; 1971, 8 publicações; 1972, 13

consta o endereço da tenda, a localização, informações sobre o presidente e o chefe espiritual e ainda a data de fundação. Contudo, ressaltamos que a data de fundação da tenda pode ser anterior ao que se apresenta no documento, pois a data correta poderia incorrer no fechamento do terreiro por parte da Secretária de Segurança, que era responsável por fiscalizar esses espaços religiosos, de funcionamento ilegal.

Com o passar dos anos podemos notar que o número de registros de terreiros no Diário Oficial do Estado tende a diminuir. O que pode sinalizar o abrandamento na fiscalização dos terreiros por parte do poder público e da federação que como veremos adiante também dispensava atenção a disputas políticas.

No período da ditadura militar no Brasil, em especial na década de 1970 os terreiros saíram da jurisdição policial para a civil, passando mais tarde também a constar nos censos oficiais⁴³. No Piauí, aos poucos a fiscalização e a emissão de alvarás de funcionamento dos terreiros deixou de ser uma atribuição da Secretaria de Segurança do Estado para se tornar função das federações. A partir de 1973 com emissão da portaria nº 05-08/73 essas tarefas passam a ser responsabilidades do presidente da Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí⁴⁴.

A severa fiscalização sobre os terreiros nesse período foi resultado de ações conjuntas entre a federação e a Secretária de Segurança Pública do Estado que acusava alguns terreiros de estarem funcionando como lugar de perversão e orgias. O presidente da FEUCABEPI nesse período, Salim Freire considera em entrevista descrita nessa matéria, que número de tendas que existem em Teresina já é muito grande e algumas estão pervertendo o sentido puro da religião Umbanda, ficando os fiéis expostos a aventureiros. O presidente

publicações; 1973, 12 publicações; 1974, 6 publicações; 1975, 2 publicações; 1976, 3 publicações.

⁴³ MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. 1º ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p.11

⁴⁴ Diário Oficial do Estado do Piauí, 23 de janeiro de 1973.

ainda pede o auxílio da polícia para o fechamento de casas de umbanda que não tivessem a autorização de funcionamento emitida pela federação.⁴⁵

Durante a década de 1970 identificamos alguns repasses financeiros que faziam parte de um programa de bem estar social idealizado pelo governo do estado do Piauí. Na lista de beneficiados por esses recursos estavam centros espíritas, centros pastorais católicos e outras instituições de assistência social, além da Federação Umbandista do Piauí⁴⁶⁴⁷ e de algumas tendas de umbanda localizadas em Teresina⁴⁸ e em cidades do interior do Piauí como Altos e São Raimundo Nonato.⁴⁹ Durante sessão na Assembleia Legislativa o então Deputado Francisco Figueiredo pediu que não fossem mais colocadas em votação matérias que reconhecessem os terreiros como de utilidade pública, pois segundo o deputado essa era uma estratégia usada para conquistar recursos do governo⁵⁰. Entretanto, fica clara o incomodo direcionado apenas com os terreiros não havendo a mesma reclamação para os centros sociais católicos, por exemplo.

Os rituais e práticas vivenciadas pelos fiéis umbandistas nos terreiros em Teresina sempre foram estereotipadas e alvo de ataques preconceituosos oriundos dos grupos dirigentes. Assim, são apontados alguns supostos problemas gerados pelas sessões de umbanda que são praticadas no bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina, dentre as reclamações estão o barulho que atrapalham as aulas noturnas, brigas que ocorrem na região por pessoas pertencentes a esses espaços religiosos, além de afirmar que prostituição e a homossexualidade eram práticas comuns de pessoas dos terreiros⁵¹.

O poder público sob a justificativa de manter a ordem e o sossego instituiu horários de funcionamento dos terreiros da capital. José Soares Albuquerque, o então presidente da Federação Espírita Umbandista do Piauí

⁴⁵ Essa campanha vai fechar as tendas espíritas ilegais. *Jornal O Dia*, Teresina. 18 fevereiro de 1973.

⁴⁶ Diário Oficial do Estado do Piauí, 31 de dezembro de 1971.

⁴⁷ Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de dezembro de 1972.

⁴⁸ Diário Oficial do Estado do Piauí, 11 de dezembro de 1972.

⁴⁹ Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de dezembro de 1972

⁵⁰ Contra a Macumba. *Jornal O Dia*, Teresina. 30 de março de 1973.

⁵¹ Coluna do Gato. *Jornal O Dia*, Teresina. 11 de Outubro de 1973.

passa a propor ações que teriam como objetivo disciplinar o funcionamento das tendas pois a federação vinha recebendo muitas reclamações devido ao barulho das festas que se estendem por toda a madrugada. A partir de então só será permitido os tambores de umbanda até à meia noite, ele justifica que essa medida parte da obediência ao sossego público.⁵² A Corregedoria de Justiça do Piauí autoriza em 1977 Salim Freire presidente das Associações Espíritas de Umbanda e Candomblé do Piauí⁵³ a fiscalizar o consumo de bebidas alcoólicas durante as sessões sob a justificativa de moralizar as tendas, federações e órgãos da umbanda para que conquistem o reconhecimento público que outras religiões possuem. A matéria do Jornal O Estado ainda afirma que essa tarefa ficou reservada a Salim por esse ser o único representante legal reconhecido pelo Governo Dirceu Arcoverde e outros órgãos públicos.⁵⁴

Diante dos novos ares da modernidade militar e ordenadora é exigido que os terreiros passem a ser regularizados e que o Estado passe a ter controle sobre sua localização e práticas. Dessa forma, passa a ser exigida a regularização desses espaços religiosos a partir de registros em cartórios que sejam feitos com um intuito de fiscalizar e autorizar o seu funcionamento. Ao longo das pesquisas nos foi permitido inferir que a intenção dos órgãos dirigentes da sociedade do período analisado foi atribuir características pejorativas e mal vistas pela coletividade aos terreiros, para em seguida usar dessa justificativa apontando soluções que visassem o controle e a moralização desses espaços religiosos.

Nos jornais da década de 1970 que foram analisados consta que as festas públicas da umbanda em Teresina recebiam sempre o apoio da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado que destacavam algumas autoridades civis e muitos policiais para assegurarem a realização da festa. Contudo, percebe-se que esse acordo servia como garantia da manutenção da ordem pública durante

⁵² Tambores de umbanda só até meia noite. *Jornal O Dia*, Teresina. 10 de Abril de 1975.

⁵³ Em reunião realizada no Centro Espírita de Umbanda São Francisco das Chagas, Salim Freire e seus apoiadores fundaram as Associações Umbandistas Africanistas e Candomblé do Estado do Piauí. Esse órgão disputaria de 1975 em diante a filiação dos terreiros da capital e do interior. – Irmão Salim ganha apoio dos umbandistas. *Jornal O Dia*, Teresina, 30 e 31 de Março de 1975.

⁵⁴ Umbanda não quer bebidas nas sessões. *Jornal O Estado*, Teresina. 29 de Março de 1977.

as manifestações e para os umbandistas a certeza de não serem atacados ou presos por práticas ilegais.

As festas umbandistas eram geralmente realizadas no cais do Rio Parnaíba na região do Centro da cidade de Teresina⁵⁵ e para ocorrerem deveriam ter a previa autorização dos órgãos públicos. Durante a pesquisa feita pelos jornais O Dia e O Estado podemos encontrar entre os anos de 1972 e 1977 matérias que falavam sobre as festas de São Sebastião (21 de janeiro), dos Pretos Velhos (13 de maio), de Santa Bárbara (04 de Dezembro) e de Iemanjá (31 de dezembro), sinalizando a visibilidade adquirida pela umbanda e suas práticas dentro do espaço público de Teresina. Outro fato identificado são as menções feitas ao apoio e as autorizações dos órgãos públicos municipais e estaduais para que as festas ocorressem. Em 1973 é relatado que a festa de Iemanjá será promovida pela Federação Piauiense de Umbanda e que receberia o apoio da Prefeitura Municipal de Teresina, da Piemtur (Órgão responsável pelo turismo do estado) e pela CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí⁵⁶. Ao referir-se ainda a essa mesma festa no *Jornal O Dia* do mesmo ano menciona-se que ocorrerá a inauguração de uma capela para Iemanjá que para ser construída precisou da autorização da Capitania dos Portos e que a imagem seria uma doação da Prefeitura Municipal de Teresina.⁵⁷

Como já citamos anteriormente a aproximação entre alguns políticos e as federações e terreiros de umbanda ocorreu de forma mais intensa durante o regime militar, especificamente na década de 1970. Nesse período devemos ressaltar sobre a intensa disputa que se formou entre Salim Freire Silva⁵⁸ e José

⁵⁵ A umbanda cultua a natureza e a proximidade com as matas e as águas que são características presentes nessa região de Teresina, o que justifica as festividades religiosas dos terreiros ocorrerem em sua grande maioria nesse local.

⁵⁶ Mais de 4.000 umbandistas na festa de Iemanjá hoje. *Jornal O Estado*, Teresina, 31 de Dez. de 1973.

⁵⁷ Hoje festa para Iemanjá. *Jornal O Dia*, Teresina, 31 de Dez. de 1973.

⁵⁸ Não conseguimos mais informações sobre Salim Freire e Silva além das presentes nas fontes utilizadas. Sabemos apenas que Salim era Sargento do exército, era próximo de alguns membros da Arena, foi presidente da federação em diferentes momentos na década de 1970 e que era líder da torcida do time de futebol Flamengo do Piauí o que também contribuiu para que ele ganhasse alguma visibilidade.

Soares Albuquerque⁵⁹ pela presidência da federação e a conseqüente influência junto ao fiéis de terreiros do estado. Entre disputas e acusações no *Jornal O Estado* de 1974 um grupo de umbandistas ligados a Albuquerque denuncia Salim Freire por desvio de dinheiro durante a sua gestão na federação e pedem o seu afastamento imediato.⁶⁰⁶¹ Em sua defesa Salim utiliza de seu prestígio junto as autoridades públicas e alguns chefes de terreiros apresentando atestados de bons antecedentes reconhecido pela Secretária de Segurança Pública do Estado, uma Certidão Negativa de Cartórios Criminais e atestado de ótimo comportamento junto as autoridades e a sociedade.⁶² As análises e interpretações realizadas levam a crer que as disputas em torno da federação, além de possuírem cunho político também pode estar associada a relevância econômica que esse órgão possuía, visto que arrecadavam grandes quantias com as permissões e alvarás concedidos aos terreiros e recebiam auxílio financeiro do governo do estado.

Manoel Raimundo Lima, então presidente da FEUCABEPI divulga uma nota onde esclarecia que todos os políticos eram bem vindos dentro dos terreiros e da federação por ele presidida. Ainda agradecia a todos os serviços prestados pelo governador da época Dirceu Mendes Arcoverde para o engrandecimento da umbanda no Estado.⁶³ Em contrapartida no *Jornal O Dia* que foi publicado dias depois trazia uma matéria na qual o governador Dirceu Arcoverde autorizava o funcionamento no Piauí apenas das tendas que estivesse ligadas à federação presidida pelo Irmão Salim⁶⁴.

Outra tentativa de normatização e controle das atividades e práticas dos terreiros de Teresina por parte do Estado foi designar alguns juizes da capital e do interior com o intuito de darem apoio à Umbanda. Seguindo orientação do

⁵⁹ Foi advogado que atuando como consultor jurídico da Federação era também vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, mais tarde se tornou presidente da FEUCABEPI.

⁶⁰ Umbandistas do Piauí afastam seu presidente. *Jornal O Estado*, Teresina, 14 de Dez. de 1974.

⁶¹ Salim dá estouro de Cr\$ 80 mil na umbanda. *Jornal O Estado*, Teresina, 13 de Julho de 1976.

⁶² Salim contesta denúncias e leva dois a justiça. *Jornal O Estado*, Teresina, 15 de Jul. de 1976.

⁶³ Líder da Umbanda refuta Salim e convida políticos. *Jornal O Estado*, Teresina, 23 de Jul. de 1976.

⁶⁴ Dirceu autoriza o funcionamento de tendas de Umbanda. *Jornal O Dia*, Teresina, 24 de Agosto de 1976.

secretário de Segurança Pública deveria ser realizado um levantamento da quantidade de tendas existentes em todo o estado em uma ação conjunta com a FEUCABEPI.⁶⁵ Ao promover o mapeamento dos terreiros existentes no estado há uma clara intenção por parte do poder público em exercer controle sobre onde e como estavam sendo realizadas suas as práticas religiosas desses fiéis.

Os terreiros de umbanda durante o período que estamos analisando também apareciam em algumas matérias estando relacionados ao folclore piauiense, estando assim presentes em muitas comemorações como a Semana do Folclore comemorada no mês de agosto e também seus rituais e festas eram apresentadas com essa característica para os turistas⁶⁶. Em 1973 a Coluna Roda Viva do *Jornal O Dia* anunciava que aconteceria um grande show de umbanda na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro de Teresina, em comemoração à Semana do Folclore.⁶⁷ Durante a festa dos Pretos Velhos que ocorreu em maio de 1976 a matéria do *Jornal O Estado* relata que seriam apresentadas danças folclóricas de umbanda.⁶⁸

Ao longo dos anos vão aparecendo matérias relacionadas com as festas religiosas da Umbanda, com as disputas políticas nas federações e aos poucos essa religião vai fazendo parte do espaço público do Piauí. Ao analisarmos o Censo das Religiões de 1980⁶⁹ identificamos a presença da categoria de identificação espírita afro-brasileira que não constava nos números do censo de 1970. A visibilidade dedicada a umbanda ao longo da década de 1970 com a aproximação dos militares junto as federações e a promoção de festas públicas de umbanda podem ter colaborado para a inclusão dessa nova categoria religiosa no censo de 1980.

⁶⁵ Juízes autorizados a darem apoio à Umbanda. *Jornal O Estado*, Teresina, 16 de Abril de 1977.

⁶⁶ Umbanda para 60 turistas – apresentação para um grupo de estudantes de São Paulo onde a umbanda é classificada como folclore demonstrando apoio do governo a essa forma de divulgação. *Jornal O Estado*, Teresina, 10 de Janeiro de 1973.

⁶⁷ Grande show de umbanda: Hoje. *Jornal O Dia*, Coluna do Gato. Teresina, 28 de Julho de 1973.

⁶⁸ Umbandistas festejam libertação dos escravos e saúdam os deuses. *Jornal O Estado*, Teresina, 12 de Maio de 1976.

⁶⁹ CENSO DEMOGRÁFICO: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982 – 1983.

Portanto, constatamos que o processo de urbanização de Teresina idealizada pelas elites dirigentes teve impacto sobre os fiéis de terreiros impondo novas formas de organização que buscaram submeter as suas práticas religiosas à lógica das leis homogeneizadoras do espaço público indo na contramão da valorização de suas culturas. Dito isso, concordamos que a modernidade é um palavra polissêmica, não existindo assim um consenso na formulação de um conceito definido. Nos estudos atuais o que importa são quais dos seus elementos afetam a cultura em determinado contexto. A modernidade às vezes, é lembrada como eurocêntrica, visto que, nesta perspectiva, aqueles que fazem a transição para a modernidade deixam de ser atrasados e encontram um rumo evolutivo, cujo parâmetro é a Europa Ocidental.

Ao dar prosseguimento com essa pesquisa estamos certos que existem questões a serem esclarecidas e aprofundadas como aquelas relacionadas as estratégias adotadas pelos fiéis de terreiros diante da imposição das regras do habitar o espaço público impostas nesse período. Dessa forma, outros questionamentos a serem explorados seriam: O que acontecia com os terreiros que não possuíam alvará de funcionamento concedido pelas federações de umbanda? Eram perseguidos? Continuavam funcionando no mesmo local? Eram fechados? Quais as estratégias adotadas pelos terreiros para subverterem as regras impostas pelo poder público e reinventar suas práticas? Ressaltamos ainda que a contraposição entre as federações representarem a racionalização e moralização dos cultos e os terreiros representarem a criatividade dos cultos em seu cotidiano sendo possível realizar adaptações e reinvenções mesmo frente as imposições do projeto de urbanização modernizante e ordenadora do poder público em Teresina.

Referências

ALBUQUERQUE, Dados históricos da Umbanda Piauiense. In: CARIBÉ, Antônio Julio Lopes. **Obrigações para Oxóssi: Memórias Insólitas**. Salvador-BA. Imprensa Gráfica da Bahia, 1987, p.161.

BIRMAN, Patricia. Registrado em cartório com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. In: **Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: ISER, n. 18, 1985. pp. 80-120.

BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. **Obrigação de Dona Constância: a constituição da umbanda em Codó no Estado do Maranhão**. 2012. 191f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI. Teresina. 2012.

BROWN, Diana. Uma história da Umbanda no Rio. In: *et al.* **Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. (Cadernos do ISER,18).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Algés: DIFEL, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. – Recife: O autor, 2009. 374p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2000**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28/06/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28/06/2014.

- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Sabrina Verônica G. **As faces da Umbanda no Piauí: Política, Festa e Criminalidade (1960 – 1978)**. Dissertação (História do Brasil). UFPI. 2017
- MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI. 2010.
- MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”. **Revista Etnográfica**, vol. 13, n. 1: 7-16. 2009.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e e1970. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan-jun, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e Esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRANDI, R. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião. In: **Revista USP**, São Paulo, n.46, pp.52-65, jun-ago, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução – o Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v.3. História da Vida Privada no Brasil. 1998. p. 07-48.
- SILVA, Vagner Gonçalves. **Orixás da metrópole**. Petrópolis-RJ: Vozes,1995.
- SOUZA, Ariany Maria Farias de. Ente práticas e rituais: uma experiência do “dar-receber-retribuir” na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, Teresina-PI. **Dissertação**. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, 2015.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade** – fundamentos da sociologia compreensiva, 4ª ed. Vol. I. Brasília: Ed. UNB, 2000.
- _____, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Documentos Oficiais
Diário Oficial do Estado do Piauí, 04 de outubro de 1972.

Diário Oficial do Estado do Piauí, 23 de janeiro de 1973.
Diário Oficial do Estado do Piauí, 31 de dezembro de 1971.
Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de dezembro de 1972.
Diário Oficial do Estado do Piauí, 11 de dezembro de 1972.
Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de dezembro de 1972.

Leis Municipais

TERESINA. Lei nº 1.263, 27 de janeiro de 1970. Leis Municipais.
TERESINA. Lei nº 1.268, 16 de março de 1970. Leis Municipais.

Jornais

Umbanda para 60 turistas. *Jornal O Estado*, Teresina, 10 de Janeiro de 1973.
Essa campanha vai fechar as tendas espíritas ilegais. *Jornal O Dia*, Teresina. 18 fevereiro de 1973.
Contra a Macumba. *Jornal O Dia*, Teresina. 30 de março de 1973.
Grande show de umbanda: Hoje. *Jornal O Dia*, Coluna do Gato. Teresina, 28 de Julho de 1973.
Coluna do Gato. *Jornal O Dia*, Teresina. 11 de Outubro de 1973.
Mais de 4.000 umbandistas na festa de lemanjá hoje. *Jornal O Estado*, Teresina, 31 de Dez. de 1973.
Hoje festa para lemanjá. *Jornal O Dia*, Teresina, 31 de Dez. de 1973.
Umbandistas do Piauí afastam seu presidente. *Jornal O Estado*, Teresina, 14 de Dez. de 1974.
Irmão Salim ganha apoio de umbandistas. *Jornal O Dia*, Teresina, 30 e 31 de Março de 1975.
Tambores de umbanda só até meia noite. *Jornal O Dia*, Teresina. 10 de Abril de 1975.
Umbandistas festejam libertação dos escravos e saúdam os deuses. *Jornal O Estado*, Teresina, 12 de Maio de 1976.
Salim dá estouro de Cr\$ 80 mil na umbanda. *Jornal O Estado*, Teresina, 13 de Julho de 1976.
Salim contesta denúncias e leva dois a justiça. *Jornal O Estado*, Teresina, 15 de Jul. de 1976.
Líder da Umbanda refuta Salim e convida políticos. *Jornal O Estado*, Teresina, 23 de Jul. de 1976.
Dirceu autoriza o funcionamento de tendas de Umbanda. *Jornal O Dia*, Teresina, 24 de Agosto de 1976.
Umbanda não quer bebidas nas sessões. *Jornal O Estado*, Teresina. 29 de Março de 1977
Juizes autorizados a darem apoio à Umbanda. *Jornal O Estado*, Teresina, 16 de Abril de 1977.

